

**Usina Santa Fé S.A.**

**Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2014**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Sete de Setembro, 1.950  
13560-180 - São Carlos, SP - Brasil  
Caixa Postal 708  
13560-970 - São Carlos, SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 2106-6700  
Fax 55 (16) 2106-6767  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

À  
Diretoria e Acionistas da  
Usina Santa Fé S.A.  
Nova Europa - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santa Fé S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Santa Fé S.A. em 31 de março de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Carlos, 20 de junho de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



André Luiz Monaretti  
Contador CRC 1SP160909/O-3



Fernando Rogério Liani  
Contador CRC 1SP229193/O-2

## Usina Santa Fé S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.707	46.487	Empréstimos e financiamentos	16	145.240	118.248
Contas a receber de clientes	6	1.365	531	Fornecedores	15	52.570	36.381
Estoques	7	20.375	19.691	Impostos e contribuições a recolher	18	8.032	6.343
Adiantamentos a fornecedores	8	22.797	25.296	Salários e férias a pagar		11.506	9.897
Impostos a recuperar	10	11.491	5.043	Adiantamentos de clientes		4.446	2.161
Ativo fiscal corrente	11	443	1.346	Outras contas a pagar		820	729
Instrumentos financeiros derivativos	27	3	6.301	Instrumentos financeiros derivativos	27	1.771	2.788
Outras contas a receber		2.245	3.801				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>73.426</b>	<b>108.496</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>224.385</b>	<b>176.547</b>
Adiantamentos a fornecedores	8	16.294	14.705	Empréstimos e financiamentos	16	241.627	256.555
Depósitos judiciais	12	16.039	13.692	Impostos e contribuições a recolher	18	18.833	19.610
Impostos a recuperar	10	3.319	3.307	Empréstimos - Mútuos	9	38.740	32.836
Ativo fiscal diferido	11	2.405	-	Instrumentos financeiros derivativos	27	1.379	1.904
Outros créditos		2.032	2.570	Passivo fiscal diferido	11	-	6.100
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>40.089</b>	<b>34.274</b>	Provisões para contingências	19	16.415	15.156
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>316.994</b>	<b>332.161</b>
Ativos biológicos	13	166.205	139.271	<b>Patrimônio líquido</b>	20		
Investimentos	13	662	662	Capital social		71.592	71.592
Imobilizado	14	333.554	315.266	Reserva de lucros		5.519	5.519
Intagível		718	648	Reservas de reavaliação		9.072	10.252
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>501.139</b>	<b>455.847</b>	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.840)	14.744
				Prejuízos acumulados		(11.068)	(12.198)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>73.274</b>	<b>89.909</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>614.654</b>	<b>598.617</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>614.654</b>	<b>598.617</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Usina Santa Fé S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	21	377.438	377.171
Valor justo de ativo biológico	13	2.211	(333)
Custos dos produtos vendidos		(296.143)	(268.818)
<b>Lucro bruto</b>		<b>83.506</b>	<b>108.020</b>
Despesas de vendas	22	(23.078)	(24.012)
Despesas administrativas e gerais	22	(28.769)	(24.044)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23	(3.480)	(4.478)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>28.179</b>	<b>55.486</b>
Receitas financeiras	24	3.030	1.572
Despesas financeiras	25	(37.561)	(37.283)
Variação cambial líquida	26	3.350	(19.865)
<b>Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas</b>		<b>(31.181)</b>	<b>(55.576)</b>
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<b>(3.002)</b>	<b>(90)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(1.236)	(3.056)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.397	(66)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(2.841)</b>	<b>(3.212)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Usina Santa Fé S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013

*(Em milhares de Reais)*

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(2.841)	(3.212)
<b>Outros resultados abrangentes</b>		-
Perdas hedge de fluxo de caixa	(13.794)	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(16.635)</b>	<b>(3.212)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Usina Santa Fé S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Lucros</u>						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros - Lei 11.638/07	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação	Lucros	Total
<b>Saldos em 1º de abril de 2012</b>	71.592	627	4.892	11.447	17.533	(12.970)	93.121
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(1.195)	-	1.195	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(2.789)	2.789	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(3.212)	(3.212)
<b>Saldos em 31 de Março de 2013</b>	71.592	627	4.892	10.252	14.744	(12.198)	89.909
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(1.180)	-	1.180	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(2.791)	2.791	-
Perdas líquidas de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(13.794)	-	(13.794)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.841)	(2.841)
<b>Saldos em 31 de Março de 2014</b>	<u>71.592</u>	<u>627</u>	<u>4.892</u>	<u>9.072</u>	<u>(1.840)</u>	<u>(11.068)</u>	<u>73.274</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Usina Santa Fé S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(2.841)	(3.212)
Ajustes para conciliar o resultado:		
Depreciação, exaustão e amortização:		
Indústria	55.383	55.120
Agrícola	61.985	45.458
Custo na venda de imobilizado, investimento e intangível	1.111	591
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(2.211)	333
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.395)	66
Instrumentos financeiros derivativos	15.039	(4.026)
Juros provisionados	27.591	48.603
Juros de empréstimos-mútuos provisionados	4.263	3.526
Constituição de provisão para contingências	1.259	4.424
	<u>160.184</u>	<u>150.883</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) redução no contas a receber de clientes	(834)	366
(Aumento) redução nos estoques	(684)	9.316
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedores	910	(6.857)
(Aumento) redução no impostos a recuperar	(5.557)	744
(Aumento) redução de outras contas a receber	2.094	(1.543)
Aumento com depósitos judiciais	(2.347)	(5.131)
Aumento em fornecedores	16.189	3.509
(Redução) aumento dos impostos e contribuições a recolher	912	(7.072)
Aumento dos salários e férias a pagar	1.609	1.843
(Redução) aumento com adiantamentos de clientes	2.285	(1.245)
(Redução) aumento com outras contas a pagar	91	(270)
	<u>(1.236)</u>	<u>-</u>
	<u>173.616</u>	<u>144.543</u>
		-
<b>Fluxos de caixa utilizado nas atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativos biológicos	(86.709)	(72.507)
Aquisição do imobilizado	(74.852)	(60.252)
	<u>(161.561)</u>	<u>(132.759)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de empréstimos-mútuos (partes relacionadas)	2.709	5.504
Empréstimos - mútuo pagos	(1.067)	(1.529)
Empréstimos e financiamentos tomados	189.158	188.865
Empréstimos e financiamentos pagos	(234.636)	(225.452)
	<u>(43.835)</u>	<u>(32.612)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<u>(43.835)</u>	<u>(32.612)</u>
<b>Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(31.780)</u>	<u>(20.828)</u>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	46.487	67.315
No fim do exercício	<u>14.707</u>	<u>46.487</u>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(31.780)</u>	<u>(20.828)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa - SP. Tem por objeto principal a produção e industrialização da cana de açúcar, e seus derivados industriais, açúcar e etanol, para comercialização no mercado interno e externo. Superados os revezes climáticos observados nas safras anteriores, a Companhia vem obtendo significativos resultados financeiros em suas operações, impulsionados pelos investimentos em logística e gestão aliados a melhorias em seus processos de fabricação. Como fruto dos esforços no plantio de cana, buscando restabelecer a sua produtividade agrícola e ampliar a disponibilidade de matéria prima, a Companhia obteve um expressivo crescimento de 15,2% em sua moagem neste último ano-safra. Atingiu também marcas importantes nos processos de mecanização de colheita (99,8%) e mecanização do plantio de cana (97,9%). Na safra 2013/2014, termino em 22/11/2013, o mix industrial foi de 54,44% para a produção de açúcar e 45,56% a produção de etanol.

Como forma de alongar o perfil da dívida da Companhia, a qual, em 31 de março de 2014, apresenta o passivo circulante em excesso ao ativo circulante, no montante de R\$ 150.959, a Administração adotou as seguintes estratégias:

- Do valor total de R\$ 145.240 do endividamento bancário de curto prazo, R\$ 40 milhões referente à operação de Pré-Pagamento Sindicalizada com vencimento em agosto e novembro de 2014, serão prorrogadas para agosto e novembro de 2017.
- Operação de nota de crédito de exportação sindicalizada no montante de R\$ 16 milhões com vencimento de maio a outubro de 2014, serão prorrogados para maio a outubro de 2018.
- Aprovação de uma operação de Pré pagamento no montante de R\$ 40 milhões junto ao Banco Rabobank que será pago em 4 parcelas anuais iguais, iniciando em outubro de 2016 até outubro de 2019. As parcelas serão acrescidas de Libor + 5% a.a. de juros remuneratórios, incidentes de forma anual.
- Alongamento de uma operação de nota de crédito de exportação com o Banco Pine no montante de R\$ 20 milhões que tinha o vencimento previsto para julho de 2014, perfilado para um prazo de 41 meses com vencimentos semestrais a partir de dezembro de 2014.

O restante do saldo de curto prazo no valor de R\$ 29.240, será liquidado com novas operações de crédito com prazo médio de vencimento de 4 anos.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de junho de 2014.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros classificados como commodities avaliados pelo valor justo através do resultado;
- Os instrumentos financeiros classificados como moeda (USD) avaliados pelo valor justo através do hedge accounting;
- Os ativos imobilizados mensurados pelo custo atribuído na data de transição; e
- E os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3.d.iii - Vida útil de ativo Imobilizado;
- Nota explicativa nº 3.f - Vida útil de ativos intangíveis;
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para Impairment (Contas a Receber de clientes);

- Nota explicativa nº 11 - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 19 - Provisão para contingências; e
- Nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

#### **a. Moeda estrangeira**

##### ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moedas estrangeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

#### **b. Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, empréstimos - mútuos e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerados de liquidez imediata. Eventual limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamento de clientes, empréstimos - mútuos e outras contas a pagar.

(iii) ***Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge***

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% -125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

***Hedges de fluxos de caixa***

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Em outros casos, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que o item objeto do *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

(iv) ***Capital social***

***Ações ordinárias***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

**c. Investimentos**

Os investimentos foram avaliados pelo custo, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de transição do Grupo para o CPC (IFRS) foi determinada com base no valor justo naquela data.

O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A taxa média anual para depreciação dos ativos, para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	2014 e 2013
Edifícios e Benfeitorias	2%
Móveis e Utensílios	3%
Veículos e implementos rodoviários	6%
Máquinas e implementos agrícolas	6%
Máquinas, equipamentos e instalações	5%
Computadores e periféricos	14%
Benfeitorias em bens de terceiros	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

**e. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo.

Alterações no valor justo são reconhecidos no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo.

**f. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear no prazo médio de 5 anos.

**g. Ativos arrendados (leasing)**

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 3.d.iii. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.



**h. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**i. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável em 31 de março de 2014 e 2013.

**j. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**k. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**l. Receita operacional**

**(i) Venda de produtos**

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

**m. Pagamentos de arrendamentos**

**(i) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento**

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

**n. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

O IFRS 9 Instrumentos financeiros introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros e o IFRIC 21 trata do reconhecimento de obrigações impostas por agentes governamentais. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

**p. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**q. Aspectos ambientais**

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são ambas sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia são classificados como “nível 2”.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

**(i) Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

(ii) **Ativos biológicos**

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes as lavouras de cana-de-açúcar, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria agrícola, custo de capital, impostos, entre outros.

(iii) **Contas a receber de clientes e outros créditos**

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(iv) **Imobilizado**

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos**

O valor justo de contratos a termo e de *swaps* de fluxos de caixa é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

(vi) **Empréstimos e financiamentos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	5.845	7.439
Aplicações financeiras	8.862	39.048
	<u>14.707</u>	<u>46.487</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxas que variam entre 100 a 105% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras são realizadas com instituições de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política esta adotada pela Empresa no gerenciamento desses ativos financeiros.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 27.

## 6 Contas a receber de clientes

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Contas a receber no país	1.596	762
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(231)	(231)
	<u>1.365</u>	<u>531</u>

A exposição a riscos de moeda, relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 27.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

### Duplicatas a receber

#### Aging List

#### Duplicatas a receber:

	<b>2014</b>
Créditos a vencer	217
Créditos em atraso até 30 dias	817
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	323
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	8
	<u>1.365</u>

## 7 Estoques

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Produtos acabados:		
Açúcar	1.387	2.930
Etanol	3.675	2.083
Almoxarifado	15.313	14.678
	<u>20.375</u>	<u>19.691</u>

## 8 Adiantamentos a fornecedores

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Circulante:</b>		
Adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros	20.907	21.804
Adiantamentos a fornecedores de materiais	61	33
Adiantamentos de cana - partes relacionadas	1.829	3.459
	<u>22.797</u>	<u>25.296</u>
<b>Não circulante:</b>		
- Adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros	<u>16.294</u>	<u>14.705</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros refere-se à saldos de adiantamentos efetuados pela Companhia a parceiros para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até 2.022.

## 9 Partes relacionadas

### a. Operações com pessoal chave:

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembléia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

### b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

		2014		2013	
	Relacionamento	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
<b>Ativo circulante</b>					
<i>Empréstimos - mútuos</i>					
Agropecuária Nova Europa S.A.	Relacionada	-	-	-	37
<i>Adiantamento a fornecedor de cana (nota explicativa nº 8)</i>					
Acionistas	Pessoa física	237	-	-	-
Agropecuária Nova Europa S.A.	Relacionada	1.592	-	3.459	-
		<u>1.829</u>	<u>-</u>	<u>3.459</u>	<u>37</u>
<b>Passivo circulante</b>					
<i>Compra de cana de açúcar (nota explicativa nº 15)</i>					
Acionistas	Pessoa física	330	(965)	-	-
Agropecuária Nova Europa S.A.	Relacionada	-	(8.930)	-	(8.214)
		<u>330</u>	<u>(9.895)</u>	<u>-</u>	<u>(8.214)</u>
		<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	Relacionamento	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
<b>Passivo circulante</b>					
<i>Juros sobre capital próprio</i>					
Acionistas	Pessoa física	177	-	177	-
		<u>177</u>	<u>-</u>	<u>177</u>	<u>-</u>
<b>Passivo não circulante</b>					
<i>Empréstimos - mútuos:</i>					
Acionistas	Pessoa física	(36.242)	(4.026)	(31.120)	(3.374)
Outras partes relacionadas	Pessoa física	(2.499)	(237)	(1.716)	(189)
		<u>(38.740)</u>	<u>(4.263)</u>	<u>(32.836)</u>	<u>(3.563)</u>

### *Compra de cana de açúcar*

O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).



### **Empréstimos - mútuos - Acionistas**

Os saldos com acionistas referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1% ao mês, com prazo de vencimento indeterminado.

### **Empréstimos - mútuos - Outras partes relacionadas**

Os saldos com terceiros referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1,5% ao mês, com prazo de vencimento indeterminado.

## **10 Impostos a recuperar**

	2014	2013
ICMS	439	2.991
ICMS s/ Imobilizado	2.872	1.855
IRRF	264	1.085
Cofins	7.757	-
Pis	3.433	2.375
Outros	45	44
	<u>14.810</u>	<u>8.350</u>
Ativo circulante	(11.491)	(5.043)
Ativo não circulante	<u>3.319</u>	<u>3.307</u>

## **11 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos**

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos e débitos tributários sobre os seguintes valores base:

	2013			2014		
	Saldo em março de 2012	Reconhecidos no resultado	Saldo em março de 2013	Reconhecidos no resultado	Não reconhecida no resultado (Ajuste no Patrimônio Líquido)	Saldo em março de 2014
<b>Ativo circulante</b>						
IRPJ e CSLL a compensar	761	-	1.346	-	-	443
<b>Ativo não circulante</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	1.130	465	1.595	(561)	-	1.034
Provisão para contingências e impostos sub judice	3.776	1.475	5.251	430	-	5.681
Variação cambial não realizada	8.034	6.386	14.420	(3.334)	-	11.086
Hedge accounting	-	-	-	-	7.108	7.108
Prejuízos fiscais de imposto de renda	11.941	1.350	13.291	2.610	-	15.901
Base negativa de contribuição social	4.294	486	4.780	938	-	5.718
	<u>29.175</u>	<u>10.162</u>	<u>39.337</u>	<u>83</u>	<u>7.108</u>	<u>46.528</u>
<b>Passivo circulante</b>						
IRPJ e CSLL a pagar	370	-	-	-	-	-
<b>Passivo não circulante</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	309	(1.832)	2.141	2.140	-	1
Depreciação acelerada incentivada	-	(2.703)	2.703	2.703	-	-
Custo transação	-	(616)	616	127	-	489
Imobilizado - Reavaliação	5.262	1.135	4.127	608	-	3.519
Imobilizado - Custo atribuído	9.667	917	8.750	1.439	-	7.311
Imobilizado - Depreciação Econômica	18.072	(7.220)	25.292	(4.951)	-	30.243
Ativo biológico	1.899	91	1.808	(752)	-	2.560
	<u>35.209</u>	<u>(10.228)</u>	<u>45.437</u>	<u>1.314</u>	<u>-</u>	<u>44.123</u>
Líquido	<u>(6.034)</u>	<u>(66)</u>	<u>(6.100)</u>	<u>1.397</u>	<u>7.108</u>	<u>2.405</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.000)	(90)
Alíquota Fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.020)	(31)
Diferenças permanentes adições (exclusões):		
Adições permanentes	1.179	(3.091)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.236)	(3.056)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	1.397	(66)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	161	(3.122)
Alíquota fiscal efetiva	34%	34%

## 12 Depósitos judiciais

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Depósitos Recursais trabalhistas	1.803	1.460
INSS - Depósito Judicial	13.812	11.802
Depósito Judicial - Serviço Passagem	424	430
	<u>16.039</u>	<u>13.692</u>

## 13 Ativos biológicos

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos Biológicos onde os seus ativos biológicos de cana de açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de corte, carregamento e transporte (CCT) no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

O saldo do ativo biológico da Companhia é composto pelo custo de formação da cana e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda da seguinte forma:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativos biológicos - valor justo	<u>166.205</u>	<u>139.271</u>

(\*) Cana em formação avaliada pelo custo contábil até a presente data

<b>Saldo em 1º de abril de 2012</b>	<b>110.445</b>
Aumento de novas plantações e tratos	72.507
Diminuição devido a colheita	(45.458)
Canavial em formação	2.110
Mudança no valor justo do ativo biológico	(333)
	<hr/>
<b>Saldo em 31 de Março de 2013</b>	<b>139.271</b>
	<hr/>
Aumento de novas plantações e tratos	86.709
Diminuição devido a colheita	(61.985)
Mudança no valor justo do ativo biológico	2.211
	<hr/>
<b>Saldo em 31 de Março de 2014</b>	<b>166.205</b>
	<hr/>

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

2014/2015	33.392
2015/2016	28.786
2016/2017	22.627
2017/2018	19.698
2018/2019	15.348
2019/2020	11.475
2020/2021	5.777
2021/2022	2.590
2022/2023	1.068
2023/2024	448
	<hr/>
Total	141.209
Ativo biológico em formação	24.996
	<hr/>
<b>Total</b>	<b>166.205</b>
	<hr/>

Para o atendimento do CPC 29 - ativo biológico a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes as soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé. De acordo com as práticas contábeis, esses dois componentes devem ser apresentados como um único ativo no balanço patrimonial, uma vez que a produção agrícola não pode ser reconhecida separadamente do ativo biológico a que se refere até a colheita. Como as soqueiras não se enquadram na definição de ativo circulante de acordo com o CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras item 66, os ativos biológicos devem ser classificados como não circulante.

### **Lavouras de cana-de-açúcar**

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Área estimada de colheita (hectares)	25.096	23.663
Produtividade média prevista por safra (tons de cana/hectares)	78,69	84,15
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136	135,05
Valor do Kg de ATR	0,49	0,49

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

***Riscos regulatórios e ambientais***

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

***Riscos de oferta e demanda***

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

***Riscos climáticos e outras***

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

**14 Imobilizado**  
**a. Movimentação do custo**

	2013				2014				
	Saldo Inicial Total	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final Total	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final Total
Terras	1.196	-	-	-	1.196	-	-	-	1.196
Edifícios e Benfeitorias	23.878	-	-	1.595	25.473	-	-	529	26.002
Móveis e Utensílios	2.652	-	(1)	753	3.404	-	(1)	597	4.000
Veículos e implementos rodoviários	47.352	-	(204)	1.420	48.568	-	(1.674)	7.768	54.661
Máquinas e implementos agrícolas	78.062	-	(208)	10.572	88.426	-	(1.440)	16.397	103.383
Máquinas, equipamentos e instalações	230.776	-	(4)	3.274	234.046	-	(1.064)	7.508	240.491
Computadores e periféricos	1.665	-	(31)	179	1.813	-	(10)	368	2.171
Benfeitorias em bens de terceiros	1.216	-	-	18	1.234	-	-	-	1.234
Obras em andamento	6.401	19.628	(443)	(14.813)	10.773	39.953	(1.215)	(29.409)	20.102
Adiantamentos a fornecedores	164	5.160	(34)	(3.527)	1.763	2.614	(306)	(3.828)	242
Imobilizações - entressafra	22.242	35.464	(29.676)	-	28.030	33.982	(30.028)	-	31.983
Outros	192	-	-	-	192	3	-	-	195
	415.796	60.252	(30.601)	(529)	444.918	76.551	(35.740)	(70)	485.660

**b. Movimentação da depreciação**

	<b>2013</b>				<b>2014</b>				
	<b>Saldo Inicial Total</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo Final Total</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo Final Total</b>
Edifícios e Benfeitorias	(2.827)	(664)	-	-	(3.491)	(1.549)	1.052	-	(3.988)
Móveis e Utensílios	(512)	(256)	1	-	(767)	(791)	489	-	(1.069)
Veículos e implementos rodoviários	(16.272)	(3.739)	140	-	(19.871)	(10.781)	7.722	-	(22.930)
Máquinas e implementos agrícolas	(19.799)	(7.171)	106	-	(26.864)	(19.943)	12.330	-	(34.478)
Máquinas, equipamentos e instalações	(64.012)	(13.458)	191	-	(77.279)	(32.356)	21.518	-	(88.117)
Computadores e periféricos	(1.145)	(135)	46	-	(1.234)	(350)	226	-	(1.357)
Benfeitorias em bens de terceiros	(125)	(21)	-	-	(146)	(65)	44	-	(167)
	<u>(104.692)</u>	<u>(25.444)</u>	<u>484</u>	<u>-</u>	<u>(129.652)</u>	<u>(65.835)</u>	<u>43.381</u>	<u>-</u>	<u>(152.105)</u>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b><u>311.104</u></b>				<b><u>315.266</u></b>				<b><u>333.554</u></b>

## 15 Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores diversos	33.495	18.818
Fornecedores de cana	18.745	17.563
Fornecedores de cana - Partes relacionadas (Nota 9)	330	-
	<u>52.570</u>	<u>36.381</u>

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 27.

## 16 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 27 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2014	2013
<b>Moeda nacional:</b>		
Custeio - 6,75% a.a.	157	286
FINAME - Juros pré-fixados de 1,35% a 8,7% a.a mais variação da TJLP	49.213	48.115
Leasing - Juros médios pré-fixados de 1,20% a.m a 3,20% a.a mais variação do CDI	2.268	2.062
Crédito Direto ao Consumidor - juros pré-fixados de 2,5% a 6,5% a.a mais variação CDI	439	670
BNDES PASS - juros pré-fixados a taxa de 7,70% a.a.	2.290	-
Nota de Crédito de Exportação - juros pré-fixados de 2,20% a 4,30% a.a mais variação CDI	80.107	94.990
<b>Moeda estrangeira:</b>		
Adiantamento sobre Contratos de Cambio - juros de 2,15% a 3,70% a.a mais variação cambial	6.872	12.243
Pré-pagamento de exportação - juros de 1,47% a 8,50% a.a mais variação cambial	<u>245.521</u>	<u>216.436</u>
	386.867	374.802
Parcelas a amortizar no curto prazo classificadas no passivo circulante	<u>(145.240)</u>	<u>(118.248)</u>
Passivo não circulante	<u>241.627</u>	<u>256.555</u>

Em 31 de março de 2014 as parcelas do passivo e passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<b>Aging list</b>	
<b>Ano de Vencimento</b>	<b>2014</b>
01 de abril de 2014 a 31 de março de 2015:	145.240
01 de abril de 2015 a 31 de março de 2016:	103.436
01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017:	91.310
01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018:	39.703
01 de abril de 2018 a 31 de março de 2019:	3.279
01 de abril de 2019 a 31 de março de 2023:	3.899
	<hr/>
Total	<hr/> <b>386.867</b> <hr/>

A Companhia possui ainda como obrigações contratuais decorrentes dos financiamentos acima:

- Manutenção de determinados índices financeiros de: liquidez corrente, capital de giro líquido e LADIJA - lucro antes de despesas e receitas financeiras, impostos, depreciações e amortizações;
- Não ceder, transferir ou alienar bens do ativo permanente de valor individual ou cumulativo substanciais;
- Não incorrer em mudanças no ramo de atividades; e
- Não realizar mudanças de práticas contábeis, ou promover reavaliações de ativos, exceto as permitidas segundo a legislação societária.

A Companhia possui ainda algumas obrigações contratuais decorrentes destes financiamentos, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira. A Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas à manutenção de certos indicadores, sendo que a Companhia renegociou as condições determinadas em contrato (*Waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

## **17 Arrendamento mercantil**

A Companhia possui em seu ativo contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 5 anos, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Os bens decorrentes de operações de *leasing* financeiro encontram-se registrados no ativo imobilizado da Companhia.

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para 01 ativo classificado em instalações e equipamentos, 38 ativos em veículos, 7 ativos em equipamentos e processamentos de dados e 1 ativo em máquinas e equipamentos agrícolas. Os contratos possuem prazo de duração entre 2 e 5 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado e intangível da Companhia.



Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Instalações e equipamentos	-	6.252
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	148	164
Veículos	1.212	926
Equipamentos e processamentos de dados	78	103
	<hr/>	<hr/>
Total	1.438	7.445

Durante o exercício findo em 31 de março de 2014, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 458 (R\$ 523 em março de 2013) relativo a despesas com juros e R\$ 297 (R\$ 1.676 em março de 2013) relativo à despesa de depreciação. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<b>2014</b>			<b>2013</b>		
	<b>Valor presente dos pagamentos mínimo</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos Futuros mínimos</b>	<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos futuros mínimos</b>
Até um ano	322	-	322	1.221	523	1.744
De dois até três anos	1.946	-	1.946	318	-	318
	<hr/>		<hr/>	<hr/>		<hr/>
	2.268	-	2.268	1.539	523	2.062
	<hr/>		<hr/>	<hr/>		<hr/>

## 18 Impostos e contribuições a recolher

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Parcelamento - Lei 11.941/09	20.781	21.463
IRRF	180	174
ICMS corrente	3.329	1.304
ICMS - Parcelamento	-	570
INSS - Parcelamento	-	350
INSS - Funrural	1.892	1.290
Outros	683	802
	<hr/>	<hr/>
Total	26.865	25.953
Passivo circulante	<hr/>	<hr/>
	(8.032)	(6.343)
Passivo não circulante	<hr/>	<hr/>
	18.833	19.610

### Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Em novembro de 2009, a Companhia optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até 30 de novembro de 2008, através da adesão ao programa REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o qual foi consolidado em junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil ("RFB") e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN").

Nos termos da legislação pertinente, a Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos das parcelas mensais do referido parcelamento, como condição essencial à sua manutenção. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a exclusão e o cancelamento dos benefícios concedidos e também a exigência imediata dos débitos vencidos e a vencer, no seu valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os pagamentos previstos para esse parcelamento.

## 19 Provisão para contingências

Baseada na opinião dos assessores jurídicos a Companhia constituiu provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	2014	2013
Trabalhistas	2.450	3.267
Previdenciária - INSS	13.812	11.802
Ambientais	153	87
Total	16.415	15.156

A Companhia possui ainda, processo envolvendo questões tributárias em andamento que de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de ocorrência dessas demandas é possível, mas não provável. Em função do estágio em que se encontram, o desfecho final dessas ações não pôde ser determinado no momento e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras.

## 20 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social está representado por 71.592 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

### b. Reservas

- **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados.
- **Reservas de reavaliação** - Decorrentes de ativos próprios, cujo imposto de renda e contribuição social diferidos estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada, na proporção da depreciação, alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados, de acordo com as práticas contábeis.

### c. Ajustes de Avaliação Patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem e perdas por hedge de fluxo de caixa.

## 21 Receita líquida

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo. Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receitas Operacionais		
Açúcar	230.814	259.286
Etanol	174.463	134.410
CPC 38 - Hedge Accounting	(15.581)	-
Outras receitas	22.237	18.777
	<hr/>	<hr/>
Receita bruta fiscal	411.933	412.473
Menos:		
Impostos sobre vendas	(33.647)	(33.952)
Devoluções e abatimentos	(848)	(1.350)
	<hr/>	<hr/>
Total de receita contábil	<u>377.438</u>	<u>377.171</u>

## 22 Despesas operacionais por natureza

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Despesas operacionais por natureza:</b>		
Depreciação e amortização	428	479
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagem	3.925	9.276
Despesa com pessoal	20.438	17.427
Fretes, transbordos e armazenagem	17.278	12.250
Manutenção	482	478
Materiais transferidos/recebidos	392	645
Impostos e taxas	720	212
Outras despesas	8.184	7.289
	<hr/>	<hr/>
	51.847	48.056
	<hr/>	<hr/>
<b>Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:</b>		
Despesas de vendas	23.078	24.012
Despesas administrativas e gerais	28.769	24.044
	<hr/>	<hr/>
	51.847	48.056
	<hr/>	<hr/>

## 23 Outras despesas operacionais líquidas

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Participações no Resultado	(4.547)	(3.894)
Impostos e Taxas sobre outras operações	(1.077)	(637)
Recuperação com sinistros	2.869	320
Resultado na venda/baixa de ativos	(492)	(78)
Provisão para contingências	(768)	(1.239)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	535	1.050
	<hr/>	<hr/>
	(3.480)	(4.478)
	<hr/>	<hr/>

## 24 Receitas financeiras

	2014	2013
Receitas com operações financeiras	788	1.043
Juros atualização créditos tributários e contingências	72	157
Juros demais operações e descontos financeiros	2.170	372
	<u>3.030</u>	<u>1.572</u>

## 25 Despesas financeiras

	2014	2013
Instrumentos financeiros derivativos	1.170	(6.369)
Juros apropriados sobre financiamentos	(26.404)	(22.824)
Juros conta corrente mercantil	(2.152)	(1.864)
Juros tributários - parcelamento e contingências	(2.599)	(2.014)
Descontos concedidos	(1.477)	(55)
Juros demais operações	(6.099)	(4.157)
	<u>(37.561)</u>	<u>(37.283)</u>

## 26 Variação cambial líquida

	2014	2013
Variação cambial ativa	10.749	27.440
Variação cambial passiva	(7.399)	(47.305)
<b>Variação cambial líquida</b>	<u>3.350</u>	<u>(19.865)</u>

## 27 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento de risco financeiro

#### *Visão geral*

Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que as Companhias utilizam. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### ***Estrutura de gerenciamento de risco***

#### ***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamento a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com empresas de Trading, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas empresas. Para as operações de adiantamento a fornecedores de cana, são firmados contratos de parceria, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina.

Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como mantém operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

#### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Usina possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

#### *Risco de mercado*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a empresa de Tradings. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

#### *Risco de taxas de câmbio*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições. A gestão da exposição cambial da Usina consiste na análise do *hedge* natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção.

#### *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

#### *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, a contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

### *Risco de estrutura de capital*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

### *Instrumentos financeiros*

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

2014				
	Nota	Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.707	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	1.365	-
Outros créditos		-	4.277	-
Instrumentos financeiros derivativos	27	3	-	-
<b>Total</b>		<b>14.710</b>	<b>5.642</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	53.390
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	386.867
Adiantamentos de clientes		-	-	4.446
Partes relacionadas	9	-	-	38.740
Instrumentos financeiros derivativos	27	3.150	-	-
<b>Total</b>		<b>3.150</b>	<b>-</b>	<b>483.443</b>

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

2013				
	Nota	Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.487	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	531	-
Outros créditos		-	3.801	-
Instrumentos financeiros derivativos	27	6.301	-	-
<b>Total</b>		<b>52.788</b>	<b>4.332</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	37.110
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	374.803
Adiantamentos de clientes		-	-	2.161
Partes relacionadas	9	-	-	32.836
Instrumentos financeiros derivativos	27	4.692	-	-
<b>Total</b>		<b>4.692</b>	<b>-</b>	<b>446.910</b>

### ***Riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2014	2013
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.707	46.487
Contas a receber de clientes	6	1.365	531
Instrumentos financeiros derivativos	27	3	6.301
		<u>16.075</u>	<u>53.319</u>

Para os saldos apresentados no grupo de aplicações financeiras 85% do saldo concentra-se em três instituições financeiras. No entanto, a Companhia possuía junto a essas instituições operações de empréstimos financiamentos cujo saldo devedor naquela data eram significativamente superiores aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

### ***Risco de liquidez***

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

2014					
	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	14.707	14.707	-	-	-
Contas a receber de clientes	1.365	1.365	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3	3	-	-	-
<b>Total</b>		<u>16.075</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	53.390	53.390	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	386.867	145.240	194.746	42.982	3.899
Adiantamentos de clientes	4.446	4.446	-	-	-
Partes relacionadas	38.740	-	-	-	38.740
Instrumentos financeiros derivativos	3.150	3.150	-	-	-
<b>Total</b>		<u>206.226</u>	<u>194.746</u>	<u>42.982</u>	<u>42.639</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

O cenário apresentado acima não contempla contratos de exportação firmados para as próximas safras, de forma que este quadro não reflete o fluxo de caixa efetivo para os próximos períodos.



<b>2013</b>					
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	46.487	46.487	-	-	-
Contas a receber de clientes	531	531	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.301	6.301	-	-	-
<b>Total</b>	<b>53.319</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	37.110	37.110	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	374.803	118.248	24.293	142.353	89.909
Adiantamentos de clientes	2.161	2.161	-	-	-
Partes relacionadas	32.836	-	-	-	32.836
Instrumentos financeiros derivativos	4.692	2.788	1.904	-	-
<b>Total</b>	<b>160.307</b>	<b>26.197</b>	<b>142.353</b>	<b>122.745</b>	

### ***Risco cambial***

Exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrado no quadro a seguir, pelos montantes de principal (nocional em R\$):

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	<b>R\$</b>	<b>USD</b>	<b>R\$</b>	<b>USD</b>
Empréstimos e financiamentos	(252.392)	(111.559)	(228.679)	(113.590)
<b>Exposição Líquida</b>	<b>(252.392)</b>	<b>(111.559)</b>	<b>(228.679)</b>	<b>(113.590)</b>

### ***Instrumentos financeiros designados para Hedge Accounting***

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Usina Santa Fé administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no budget oficial da Companhia.

A partir de abril de 2013, a Companhia designou formalmente para hedge accounting de fluxos de caixa os instrumentos de dívidas e derivativos para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com objetivo de se proteger a volatilidade das receitas de suas exportações em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de hedge accounting consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizadas como altamente provável, de exportação à fixar em moeda estrangeira ( dólar americano USD ), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como Dívidas em moeda estrangeira (Dólar Americano) e derivativos como NDF (Non-Deliverable Forward), em valores e vencimentos equivalentes ao budget de venda.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de hedge accounting, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

*Instrumentos de proteção designados para Hedge Accounting e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações*

ITEM DE HEDGE		INSTRUMENTO DE HEDGE:			
	Budget em US\$ (Hedgeado)	US\$ ACC	US\$ NDF	US\$ Total Instrumentos	US\$ Rolagem
Data prevista					
abr/14	101.697	101.697	-	101.697	-
mai/14	1.380.988	1.380.988	-	1.380.988	-
jun/14	70.594	70.594	-	70.594	-
jul/14	102.388	102.388	-	102.388	-
ago/14	10.325.757	12.198.881	-	10.325.757	(1.873.124)
set/14	12.782.040	13.763.020	-	12.782.040	(980.980)
out/14	5.671.999	2.817.894	-	5.671.999	2.854.105
nov/14	12.880.713	11.280.713	1.600.000	12.880.713	-
dez/14	7.131.254	7.131.254	-	7.131.254	-
jan/15	77.635	77.635	-	77.635	-
abr/15	75.947	75.947	-	75.947	-
mai/15	890.934	890.934	-	890.934	-
jun/15	35.494	35.494	-	35.494	-
jul/15	76.791	76.791	-	76.791	-
ago/15	2.647.180	2.647.180	-	2.647.180	-
set/15	6.291.749	6.291.749	-	6.291.749	-
out/15	4.817.847	4.817.847	-	4.817.847	-
nov/15	1.983.157	1.983.157	-	1.983.157	-
jan/16	52.882	52.882	-	52.882	-
abr/16	51.194	51.194	-	51.194	-
mai/16	3.464.286	3.464.286	-	3.464.286	-
jun/16	51.756	51.756	-	51.756	-
set/16	5.983.061	5.983.061	-	5.983.061	-
out/16	2.764.449	2.764.449	-	2.764.449	-
jan/17	26.160	26.160	-	26.160	-
abr/17	25.316	25.316	-	25.316	-
jun/17	25.597	25.597	-	25.597	-
ago/17	10.680.463	10.680.463	-	10.680.463	-
set/17	3.669.936	3.669.936	-	3.669.936	-
out/17	2.739.978	2.739.978	-	2.739.978	-
nov/17	9.041.470	9.041.470	-	9.041.470	-
ago/18	9.326.604	9.326.604	-	9.326.604	-
nov/18	8.847.157	8.847.157	-	8.847.157	-

A Usina Santa Fé realizará a rolagem de instrumentos designados para hedge, para períodos equivalentes à expectativa de exportações. Desta forma, a companhia irá adequar o montante de instrumentos x objetos de hedge com vistas a adequar a relação de hedge nos próximos períodos.

***Ganhos e perdas de instrumentos financeiros designados para contabilidade de hedge***

Seguem a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado operacional e no patrimônio líquido, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de hedge.

**Efeito Contábil - Instrumento de Hedge**

<b>Operação</b>	<b>Não Realizado</b>	<b>Realizado</b>
Não Derivativos (Variação Cambial)	(13.723)	(10.392)
Derivativos (Valor Justo)	(70)	(5.189)

***Análise de sensibilidade***

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2014, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2014 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

<b>Cenários</b>	<b>Provável</b>	<b>Alta</b>		<b>Baixa</b>	
		<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	(252.392)	(315.490)	(378.588)	(189.294)	(126.196)

***Risco taxa juros***

Exposição líquida em taxa juros variáveis está demonstrado no quadro a seguir.

<b>Ativos</b>	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.707	46.487
Empréstimos e financiamentos	16	(386.867)	(374.803)
		<b>(372.160)</b>	<b>(328.316)</b>

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da Libor, já que naquela a Usina possuía captações indexadas a Libor. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Companhia, já que esse não é o principal risco.

### ***Análise de sensibilidade***

A Companhia não realizou análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

### ***Perdas por redução no valor recuperável***

Na data do balanço a Usina possuía somente R\$ 231 a título de provisão para devedores duvidos referente a recebíveis. Este item está sendo detalhado na nota explicativa nº 6.

### ***Valor justo***

#### ***Valor justo versus valor contábil***

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	14.707	14.707	46.487	46.487
Contas a receber de clientes	1.365	1.365	531	531
Adiantamento a fornecedores	39.091	39.091	40.001	40.001
Instrumentos financeiros derivativos	3	3	6.301	6.301
<b>Total</b>	<b>55.166</b>	<b>55.166</b>	<b>93.320</b>	<b>93.320</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores de cana	19.075	19.075	17.563	17.563
Fornecedores diversos e outras contas a pagar	33.495	33.495	19.547	19.547
Empréstimos e financiamentos	386.867	386.867	374.803	374.803
Adiantamento de clientes	11.506	11.506	2.161	2.161
Partes relacionadas	38.740	38.740	32.836	32.836
Instrumentos financeiros derivativos	3.150	3.150	4.692	4.692
	<b>492.833</b>	<b>492.833</b>	<b>451.602</b>	<b>451.602</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.

- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Administração entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado nas respectivas datas.
- Para empréstimos e financiamentos a administração considera que valor justo equipara-se ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações referem-se preponderantemente a financiamentos com taxas subsidiadas. Sendo assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria a realidade, uma vez que a taxa de desconto seria superior a taxa de correção. Sendo assim, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

#### ***Resultado referente aos instrumentos financeiros***

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2014 e 2013 que afetaram a demonstração de resultado:

<b>Resultado de operações mantidas para negociação</b>	<b>Resultado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos com derivativos	33.290	130.433
Ajustes mercado termo - NDF's	8.145	145
Ajuste <i>Swap</i> sobre financiamentos	(2.328)	(1.856)
Perdas com derivativos	(37.937)	(126.333)
Ajustes mercado termo - NDF's	-	(8.758)
	<b>1.170</b>	<b>(6.369)</b>

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de *Swap* de dólar, *Swap* de *Libor*, NDFs de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

## **28 Contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar**

A Companhia possui contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com companhia relacionada, acionistas e terceiros que garantem em conjunto com a cana contratada de fornecedores, a totalidade de sua produção para os próximos períodos de colheita. As toneladas a serem pagas pela Companhia serão determinadas ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

## **29 Compromissos de vendas**

A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2015/2016. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

<b>Safra</b>	<b>Volume - toneladas</b>
2014/2015	175.065
2015/2016	<u>60.210</u>
Total	<u><u>235.275</u></u>